

COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO RACIAL PARA INGRESSO NAS UNIVERSIDADES: A EXPERIÊNCIA DA UEMS

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Ciências Humanas/ Antropologia/ Antropologia das populações Afro-Brasileiras

MELO, Daniel dos Santos¹ (daniel_mello@live.com); **DANAGA**, Amanda Cristina² (amanda.danaga@uems.br)

¹Discente do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UEMS – Paranaíba;

²Docente do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UEMS – Paranaíba.

A proposta desse projeto de pesquisa foi analisar as bancas de heteroidentificação fenotípica na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Para isso foi necessário um resgate bibliográfico sobre negritude, identidade racial, racismo, preconceito, com vistas à compreensão das políticas de ações afirmativas, conceituação das ações afirmativas, entendimento das políticas de cotas e as críticas realizadas contra elas. Neste trabalho, buscou-se diferenciar igualdade jurídica de igualdade substancial, que levou ao questionamento sobre a igualdade de condições mencionada ao longo da pesquisa. A desigualdade social no Brasil está atravessada pela história de exploração e escravização de pessoas negras, isso produziu a realidade racializada enfrentada pela população negra. Isso demonstra que a igualdade jurídica é uma falácia diante do que vivenciamos. É preciso organizar e criar políticas que visem a desracialização e o combate ao racismo nos espaços institucionais, na mentalidade coletiva e individual. As bancas de verificação fenotípica são comitês formados com a função de promover a heteroidentificação, avaliando os fenótipos dos estudantes, para o caso do ingresso nas universidades e instituições de ensino superior, através da política de cotas, implementada pela Lei de Cotas 12.711/12. Elas foram criadas a partir do momento que se implementaram as Políticas de Ações Afirmativas, isto é, políticas públicas empregadas com o intuito de atenuar as desigualdades políticas, econômicas e sociais que atingem alguns grupos específicos no Brasil, por exemplo, a população negra. Bancas de verificação fenotípica constituem um instrumento fundamental para manutenção e aplicabilidade de uma política de ação afirmativa, pois somente a autodeclaração é passível de fraudes, como apontam diversas denúncias em jornais e outros veículos midiáticos. No entanto, mais do que apenas um instrumento para identificação de fraudes, as bancas representam o reconhecimento de uma causa que deve ser conduzida de maneira coletiva e democrática. O objetivo foi salientar a importância de políticas reparatórias que procuram democratizar o acesso ao conhecimento e que podem provocar mudanças tanto no âmbito individual, quanto no contexto familiar e geracional. Por isso, ao longo da pesquisa foi de extrema relevância abordar a permanência desses estudantes cotistas, tendo sempre em mente como a política de cotas promove a democratização do conhecimento. A pesquisa foi realizada através de uma revisão bibliográfica de parte da produção existente acerca das experiências e resultados das ações afirmativas e das bancas de heteroidentificação em universidades brasileiras e dos debates sobre negritude, racismo e outros temas concernentes a temática. Concluiu-se que, mesmo após dez anos de existência da lei, ainda há debates e projetos que visam acabar com a política de cotas. Isso revela a importância da constante defesa por esse direito até que a realidade mude efetivamente. Percebe-se que as falas contra as cotas em geral se ligam mais a ignorância, evidenciando como o Estado falha em seu papel de fomentar demandas antirracistas, e conscientizar a população sobre passado escravocrata e seus efeitos em nossa sociedade.

Palavras-Chave: Raça, Ações afirmativas, Bancas de verificação fenotípica.

Agradecimentos: À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPI), e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa. E a orientadora pelo auxílio prestado.